



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PL 706/09

JUSTIFICATIVA

Filho de imigrante italiano com uma negra descendente dos haussás, Carlos Marighella nasceu em Salvador, em 5 de dezembro de 1911. De origem humilde, ainda adolescente despertou para as lutas sociais. Aos 18 anos iniciou curso de Engenharia na Escola Politécnica da Bahia e tornou-se militante do Partido Comunista, dedicando sua vida à causa dos trabalhadores, da independência nacional e do socialismo.

Conheceu a prisão pela primeira vez em 1932, após escrever um poema contendo críticas ao interventor Juracy Magalhães. Libertado, prosseguiria na militância política, interrompendo os estudos universitários no 3º ano, em 1932, quando deslocou-se para o Rio de Janeiro.

Em 1º de maio de 1936, Marighella foi novamente preso e enfrentou, durante 23 dias, as terríveis torturas da polícia de Filinto Müller. Permaneceu encarcerado por um ano e, quando solto pela “macedada” – nome da medida que libertou os presos políticos sem condenação - deixou o exemplo de uma tenacidade impressionante.

Transferindo-se para São Paulo, Marighella passou a agir em torno de dois eixos: a reorganização dos revolucionários comunistas, duramente atingidos pela repressão, e o combate ao terror imposto pela ditadura de Getúlio Vargas.

Voltaria aos cárceres em 1939, sendo mais uma vez torturado de forma brutal na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, mas se negando a fornecer qualquer informação à polícia. Na CPI que investigaria os crimes do Estado Novo o médico Dr. Nilo Rodrigues deporaria que, com referência a Marighella, nunca vira tamanha resistência a maus tratos nem tanta bravura.

Recolhido aos presídios de Fernando de Noronha e Ilha Grande pelo seis anos seguintes, ele dirigiria sua energia revolucionária ao trabalho de educação cultural e política dos companheiros de cadeia.

Anistiado em abril de 1945, participou do processo de redemocratização do país e da reorganização do Partido Comunista na legalidade. Deposto o ditador Vargas e convocadas eleições gerais, foi eleito deputado federal constituinte pelo estado da Bahia. Seria apontado como um dos mais aguerridos parlamentares de todas as bancadas, proferindo, em menos de dois anos, cerca de duzentos discursos em que tomou, invariavelmente, a defesa das aspirações operárias, denunciando as péssimas condições de vida do povo brasileiro e a crescente penetração imperialista no país.

Com o mandato cassado pela repressão que o governo Dutra desencadeou contra o comunistas, Marighella foi obrigado a retornar à clandestinidade em 1948, condição em que permaneceria por mais de duas décadas, até seu assassinato.

Nos anos 50, exercendo novamente a militância em São Paulo, tomaria parte ativa nas lutas populares do período, em defesa do monopólio estatal do petróleo e contra o envio de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

soldados brasileiros à Coréia e a desnacionalização da economia. Cada vez mais, Carlos Marighella voltaria suas reflexões em direção do problema agrário, redigindo, em 1958, o ensaio “Alguns aspectos da renda da terra no Brasil”, o primeiro de uma série de análises teórico-políticas que elaborou até 1969. Nesta fase visitaria a China Popular e a União Soviética, e anos depois, conheceria Cuba. Em suas viagens pôde examinar de perto as experiências revolucionárias vitoriosas daqueles países.

Após o golpe militar de 1964, Marighella foi localizado por agentes do DOPS carioca onde enfrentou os policiais que o cercavam com socos e gritos de “Abaixo a ditadura militar fascista” e “Viva a democracia”, recebendo um tiro a queima-roupa no peito. Descrevendo o episódio no livro “Por que resisti à prisão”, ele afirmaria: “Minha força vinha mesmo era da convicção política, da certeza (...) de que a liberdade não se defende senão resistindo”.

Repetindo a postura de altivez das prisões anteriores, Marighella fez de sua defesa um ataque aos crimes e ao obscurantismo que imperava desde 1º de abril. Conseguiu, com isso, catalisar um movimento de solidariedade que forçou os militares a aceitar um habeas-corpus e sua libertação imediata. Desse momento em diante, intensificou o combate à ditadura utilizando todos os meios de luta na tentativa de impedir a consolidação de um regime ilegal e ilegítimo. Mas, mantendo o país sob terror policial, o governo sufocou os sindicatos e suspendeu as garantias constitucionais dos cidadãos, enquanto estrangulava o parlamento.

Em dezembro de 1966 fundou a ALN – Ação Libertadora Nacional para, enfrentar a ditadura. A partir de 1968 com o endurecimento do regime militar, a repressão se tornou sem limites. Na noite de 4 de novembro de 1969 – há exatos 40 anos - surpreendido por uma emboscada na altura do nº 800 da Alameda Casa Branca, em São Paulo, Marighella foi sozinho ao encontro que, acreditava ser com os freis dominicanos. Foi fuzilado por cerca de 40 agentes do DOPS liderados pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, onde sem oportunidade de defesa, veio a falecer no mesmo momento.

Em face do exposto, com o resgate da trajetória de Marighella, quarenta anos depois de seu assassinato pela ditadura militar, conto com a colaboração dos membros desta Casa, para aprovação da presente propositura que significa homenagear a figura deste revolucionário brasileiro cuja herança permanece atual como nunca, com a alteração da denominação do local onde ocorreu sua emboscada, passando de Alameda Casa Branca para Alameda Comandante Carlos Marighella.